

NATHÁLIA CRISTHYNA CHACON PICARELLI

ABERTURA COMERCIAL E A INDÚSTRIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Doutor Marcelo Luiz Curado

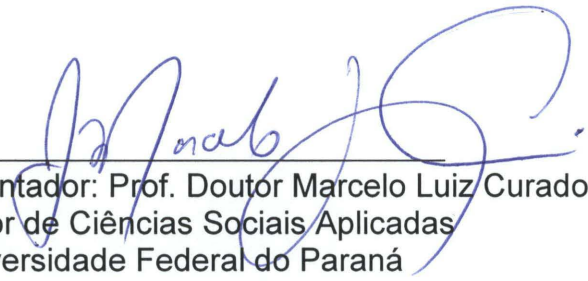
CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO


NATHÁLIA CRISTHYNA CHACON PICARELLI

ABERTURA COMERCIAL E A INDÚSTRIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Doutor Marcelo Luiz Curado
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Doutor José Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Doutora Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 21 de março de 2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, minha irmã, meu namorado e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Doutor Marcelo L. Curado, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

E aos meus amigos e colegas, pelo incentivo e apoio constantes.

“Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente, e essa é uma questão muito mais relevante.”

Eric Hobsbawn

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo sobre a abertura comercial no Brasil na década de 1990 e os impactos sobre a indústria nacional frente à nova concorrência internacional. Apresentaremos as teorias mais discutidas sobre o tema, liberal e nacionalista, para avaliarmos as consequências que o país teve diante de sua escolha. A partir de uma retomada histórica do período de Substituição de Importações (SI) podemos ver a clara dimensão da mudança estrutural que o país sofreu depois da abertura. E por último discutimos como foi a internacionalização da economia brasileira, a racionalização do processo produtivo e as consequências enfrentadas pelo aquecimento da demanda em conjunto com a abertura comercial e o câmbio valorizado.

Palavras-chave: Substituição de importações, Abertura comercial, Indústria nacional, Balança comercial.

ABSTRACT

This monograph presents a study on trade liberalization in Brazil in the 1990s and the impact on the domestic industry against the new international competition. We will present the most discussed theories on the subject, liberal and nationalist, to evaluate the consequences that the country was facing a choice. From a historical period resumption of Import Substitution (IS) we can see the clear dimension of structural change that the country suffered after opening. And finally we discussed was how the internationalization of the Brazilian economy, streamlining the production process and the consequences faced by the heating demand in conjunction with the opening of trade and exchange valued.

Key Words: Import Substitution, Trade Liberalization, National Industry, Trade Balance.

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BP – Balanço de Pagamentos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos

CPA- Comissão de Política Aduaneira

Eximbank – Banco de Exportação e Importação

FED – Federal Reserve System

FMI – Fundo Monetário Internacional

H-O – Heckscher - Ohlin

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

PND – Plano Nacional de Desestatização

SI – Substituição de Importações

Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS IMPORTAÇÕES NA OFERTA INDUSTRIAL DOMÉSTICA ¹ – 1950, 1952 E 1956 (em % baseadas em valores constantes de 1949).....	27
TABELA 2 - BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL (EM US\$ MILHÕES) E TAXA DE CâMBIO MÉDIA – 1968-1980.....	30
TABELA 3 – TARIFA NOMINAL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRA (%).....	35
TABELA 4 - A EVOLUÇÃO DA TARIFA LEGAL DE IMPORTAÇÃO x CRONOGRAMA TARIFÁRIO (%).....	35
TABELA 5 – COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA* (TOTAL E GRUPOS DE SETORES, EM ANOS SELECIONADOS)**.....	38
TABELA 6 – BALANÇA COMERCIAL (FOB) – SALDO (US\$ milhões).....	41
TABELA 7 - BRASIL - ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA (1989=100).....	42
TABELA 8 – BRASIL – EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ BILHÕES CORRENTES) E PARTICIPAÇÃO DO SALDO DO SETOR INDUSTRIAL NO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT DO SETOR DE SERVIÇOS (%), ANOS SELECIONADOS.....	44
TABELA 9 – JULHO/1994-JUNHO/1995: SALDO COMERCIAL DA INDÚSTRIA, TAXA DE CâMBIO E VARIAÇÃO NAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA.....	45
TABELA 10 – RELAÇÕES BÁSICAS COMERCIAIS ENTRE O MERCADO INTERNO E EXTERNO (%).....	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BRASIL E O COMÉRCIO MUNDIAL	14
2.1 VANTAGENS/DESVANTAGENS DO LIVRE COMÉRCIO	14
2.2 MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	18
3 O CASO BRASILEIRO	22
4 ABERTURA COMERCIAL	34
4.1 MUDANÇA ESTRUTURAL.....	34
5 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1930 o Brasil, preocupado com a demanda do mercado interno, iniciou um processo de substituição de importações (SI). Esse processo visava o desenvolvimento e a autonomia da indústria nacional, com o objetivo de superar as restrições externas. Essa política foi chamada por Celso Furtado (2007) de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, no qual a principal atividade na determinação do nível de renda da economia do país deixa de ser voltada para as exportações (demanda externa), o que é normal em uma economia agroexportadora, e passa a ser determinada pela demanda do mercado interno (consumo e investimento).

As características do processo de substituição de importações são: industrialização fechada, voltada para dentro e com proteção ao mercado nacional; e estrangulamento externo.

Em 1956-1960, no governo Juscelino Kubitschek, um Plano de Metas foi adotado no Brasil com o objetivo de desenvolver as bases de uma economia industrial mais integrada e madura, principalmente no setor produtor de bens de consumo duráveis. Na década de 1960, o processo de substituição de importações (SI) entra em crise, devido à situação deixada no período posterior ao Plano de Metas, com uma forte aceleração inflacionária, levando o governo a adotar uma política econômica restritiva.

Nesse contexto de fragilidade, ocorreu o golpe militar em 1964, impondo de forma autoritária medidas de superação da crise política e econômica, como o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esta estabilização levou a economia ao período conhecido como milagre econômico, de 1968-1973, caracterizado pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente.

Já a década de 1970 não foi só de desenvolvimento e crescimento. O primeiro choque do petróleo em 1973 elevou os preços mundiais e desestabilizou as taxas de câmbio internacionais. A reação brasileira veio com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A meta do II PND era manter a taxa de crescimento econômico em torno de 10% a.a. e desenvolver a indústria com base no setor produtor de meios de produção, bens de capital e insumos básicos.

Os custos do II PND levaram posteriormente a economia brasileira a uma crise da dívida externa que causou uma violenta instabilidade inflacionária, o que depois se transformou em uma inflação inercial e afastou os investimentos externos dos negócios de risco.

As difíceis condições de acesso aos mercados dos países desenvolvidos conduziram a uma defasagem tecnológica e organizacional, que só foi recuperada depois da abertura na década de 1990.

Resumindo, antes de 1990 o Brasil era protegido por políticas protecionistas, como tarifas sobre as importações e subsídios às exportações nacionais, que visavam estimular a indústria brasileira contra a concorrência internacional. Antes a indústria era caracterizada pela ineficiência na cadeia produtiva e pela perda de dinamismo organizacional.

As barreiras tarifárias e não tarifárias iniciaram um processo de queda e eliminação já no governo Collor e a indústria do país começou a ser inserida no mercado mundial. Devido a isso e à taxa de câmbio valorizada, houve um surto nas importações de bens duráveis de consumo, de peças e componentes, bens de capital, e bens finais de consumo não duráveis. Os mercados internos e externos aqueceram-se simultaneamente, o que levou a economia à plena utilização de sua capacidade instalada.

Esse trabalho tem como objeto de estudo analisar o impacto da abertura comercial sobre a indústria e a balança comercial no Brasil na década de 1990. Quais foram os impactos da liberalização comercial para a indústria nacional frente à nova concorrência internacional?

Para responder essa questão o trabalho está estruturado da seguinte forma: depois dessa breve introdução, no capítulo 2 apresentaremos o referencial teórico no qual esse trabalho foi baseado e uma explicação sobre o modelo de substituição de importações. No capítulo 3, apresentaremos uma contextualização histórica da época do processo de substituição de importações (SI) e os problemas enfrentados no desenvolvimento da indústria brasileira, para que depois se possa ter uma real dimensão da mudança na década de 1990. No capítulo 4, é detalhado o momento da abertura comercial, os problemas e os debates apontados a partir do tema e os dados obtidos com o passar dos anos de abertura. Na seção final, fecharemos o debate a respeito dos acontecimentos da abertura comercial em 1990 e quais foram as consequências para a indústria nacional.

2 BRASIL E O COMÉRCIO MUNDIAL

Apresentaremos na primeira seção desse capítulo a base da teoria ricardiana das vantagens comparativas, defensora do livre comércio, também apresentaremos o pensamento nacionalista, fundamentado no protecionismo para inserção dos países em desenvolvimento no comércio mundial e o debate desenvolvimentista que acontecia na década de 1950 na América Latina. Na segunda seção, apresentaremos uma breve explicação de como funciona o modelo de Substituição de Importações (SI), adotado no Brasil em 1930.

2.1 VANTAGENS/DESVANTAGENS DO LIVRE COMÉRCIO

De acordo com Gilpin (2002) existem duas principais vertentes de pensamento a respeito do comércio mundial, a liberal e a nacionalista. Em seu manual de economia internacional, Krugman (2009) explica como David Ricardo demonstrou teoricamente que o comércio internacional é mutuamente benéfico, mesmo quando um dos países é absolutamente mais eficiente em todos os bens que produz, pois o que importa é a diferença dos custos (preços) relativos. Assim, a teoria ricardiana formou uma nova base liberal, com o conceito das vantagens comparativas ou relativas.

Krugman (2009) detalha que as vantagens comparativas foram apresentadas por Ricardo com o exemplo do comércio entre Portugal e Inglaterra, no qual Portugal era mais eficiente tanto na produção de vinho quanto de tecidos. Para Krugman (2009), no contexto das vantagens absolutas de Adam Smith, Portugal não teria interesses em fazer troca, ou seja, esse contexto não seria suficiente para determinar uma especialização. Entretanto, o custo relativo para produzir tecidos na Inglaterra é menor do que em Portugal. Dessa forma, o custo de

oportunidade de tecidos em relação a vinho, representa o número de garrafas de vinho que Portugal poderia produzir com os recursos utilizados para fabricar tecidos. Essa diferença entre os custos de oportunidade faz um equilíbrio mutuamente benéfico da produção entre os países.

Por causa dos diferentes custos relativos ambos os países têm incentivos a fazer trocas. Isso significa que, apesar de ser mais barato fabricar tecidos em Portugal do que produzir na Inglaterra, Portugal deve produzir somente vinho e trocar seu excedente por tecidos fabricados na Inglaterra. Dessa maneira, com o livre comércio, os países terminaram consumindo uma maior quantidade de bens (há ganhos com o comércio).

Krugman (2009) ainda aponta que os autores neoclássicos acrescentaram algumas premissas que não eram levadas em conta na teoria clássica do comércio, como custo de transporte e vantagens de escala. Também aumentam o número dos fatores de produção para trabalho (que recebe salário) e capital (que recebe renda), e a dotação desses fatores (abundância relativa e intensidade relativa). Segundo Gilpin (2002), a teoria sustenta que a vantagem comparativa de um país é determinada pela abundância relativa e pela combinação mais lucrativa dos seus vários fatores de produção, tais como capital, trabalho, recursos naturais, capacidade administrativa e tecnologia.

Krugman (2009) ainda demonstra como o modelo das proporções de fatores ou Heckscher-Ohlin (H-O) explica que o país com abundância relativa é aquele que a dotação de recursos é relativamente mais apropriada para a produção do bem cuja produção é intensiva nesse fator abundante. Ou seja, o país abundante em capital exportará bens de capital e o contrário, um país com escassez de capital exportará bens ou serviços abundantes no fator mão de obra.

O modelo demonstra também que com o livre comércio há um aumento da eficiência agregada e do bem-estar. No entanto, nem todos se beneficiam com esse aumento. Há ganhadores e perdedores dentro dos dois países, mas para que haja

realmente um aumento do bem-estar a somatória dos ganhos tem que ser maior que a somatória das perdas (princípio da compensação).

Na contrapartida do liberalismo, Gilpin (2002) apresenta os nacionalistas que defendiam o protecionismo como a forma que os países subdesenvolvidos tinham para a inserção no comércio mundial, de modo que eles pudessem conseguir se desenvolver industrialmente. Gilpin (2002) apresenta Hamilton, que modernizou a tese mercantilista e desenvolveu uma teoria dinâmica do desenvolvimento econômico baseada na superioridade da indústria em relação à agricultura, demonstrando como a produção agrária perde cada vez mais espaço para as manufaturas e seus preços são cada vez menores também.

Gilpin (2002) relata que Hamilton acreditava que para alcançar o desenvolvimento econômico o Estado devia desempenhar um papel importante como propulsor dos diversos setores da economia, por meio do que hoje conhecemos como política industrial. Gilpin (2002) também cita List, pois para ele as teorias do livre comércio eram políticas econômicas dos fortes.

Todas essas teorias nos levam a pensar sobre qual seria a melhor opção para o Brasil e os outros países do Terceiro Mundo se desenvolver e se industrializar. Quais seriam os prós e os contras do protecionismo defendido pelos nacionalistas ou do livre comércio que defendia investir nas vantagens comparativas? Nesses países abundantes em recursos naturais e em commodities, isso um dia os levaria ao desenvolvimento alcançado pelos países do Primeiro Mundo?

Essa discussão também aconteceu na América Latina e foi motivada pela Cepal e pelos economistas desenvolvimentistas, que surgiram depois da II Guerra Mundial, com o objetivo de desenvolver os países latino-americanos contra a pobreza que se alastrava pelo mundo. Segundo Vitagliano (2004), um desses economistas era Prebisch, que apontava como uma falha da teoria das vantagens comparativas o fato dela defender que os frutos do progresso se distribuem para todos os grupos. Para ele, esses frutos só eram distribuídos entre os países já

desenvolvidos; aqueles subdesenvolvidos que se encontram na periferia do progresso sofrem com a exclusão. A explicação do fenômeno que exclui a periferia da distribuição do progresso técnico vem através da variação dos preços via ciclo dinâmico de desenvolvimento das economias capitalistas, quando os preços finais se distanciam dos preços primários, ou seja, os insumos valem cada vez menos do que o produto final. E segundo Vitagliano (2004), Prebisch justificava a necessidade de industrialização latino-americana, pois somente através do progresso técnico é possível agregar valor às mercadorias.

Vitagliano (2004) relata que para os defensores do nacionalismo econômico do século XX, como Prebisch, a lei das vantagens comparativas é fundamentalmente uma racionalização da divisão internacional do trabalho existente e por isso defendiam uma política comercial que estimulasse a preservação e o desenvolvimento da indústria nacional. De acordo com Vitagliano (2004), “o objetivo da CEPAL, no que concerne a economia foi de estudar formas de desenvolvimento nacional para uma melhor inserção dos países da América Latina no comércio mundial”.

Barros de Castro (2005) complementa as justificativas da CEPAL para a proteção aduaneira e a ação do Estado brasileiro, afirmando que, além da deterioração dos termos de troca, o Brasil estava passando por um momento de desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos (exportação de produtos de baixa elasticidade contra importação de produtos de alta elasticidade), desemprego e inadequação de técnicas modernas de produção. Tudo isso favorecia a lógica do modelo de substituição de importação (SI).

2.2 MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

É preciso destacar que nas duas décadas precedentes à abertura comercial o Brasil era uma das economias mais fechadas do mundo, com uma estratégia protecionista de desenvolvimento da indústria nacional levada ao extremo: as importações de produtos manufaturados eram mínimas no país. Por isso é importante voltarmos um pouco mais no tempo e detalharmos como funcionava o processo de substituição de importações no Brasil.

A principal característica do processo de substituição de importações é, portanto, uma industrialização fechada, como defendem os nacionalistas e os desenvolvimentistas, em função de dois elementos apontados por Furtado (2007): primeiro uma industrialização voltada para o mercado interno e não voltada para exportar, como seria comum em uma economia agroexportadora; segundo, dependente de medidas protecionistas, para a indústria nacional contra suas concorrentes estrangeiras.

Como definem Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), o desenvolvimento desse processo se daria pelas seguintes etapas: o motor da substituição de importações é o estrangulamento externo, que pode ser explicado pelo momento em que o valor das exportações está em queda, junto com uma manutenção da demanda interna, gerando assim uma escassez de divisas. Para vencer a crise cambial, gerada pelo estrangulamento externo, o governo toma medidas para proteger a indústria nacional, aumentando sua competitividade. Geram-se assim muitos investimentos nos setores substituidores das importações, aumentando a renda nacional e a demanda agregada. Com isso, inicia-se um novo estrangulamento externo em função do aumento da demanda, o que conseqüentemente aumenta a necessidade de novas importações e investimentos.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007) definem o estrangulamento externo como recorrente e relativo: recorrente porque ele tende a se repetir sistematicamente ao longo do processo de desenvolvimento, e relativo porque não existiria um desequilíbrio externo tão profundo que não possibilitasse as importações minimamente necessárias para cobrir as necessidades de investimento e ampliação da capacidade produtiva.

Conforme o desenvolvimento e os investimentos avançam em um setor, geram pontos de estrangulamento em outros, e as demandas desses setores são atendidas por importações até que uma nova onda de investimentos e industrialização ocorra. Assim, o processo de industrialização por substituição de importações é caracterizado por uma industrialização em etapas. Em cada uma dessas rodadas um setor da economia se desenvolve mais do que os outros, mas não de maneira isolada. Os outros setores também se desenvolvem, em menor dimensão. Levando a economia a uma diversificação de produtos e a uma diminuição da dependência das importações.

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), o processo de Substituição de Importações traz algumas dificuldades, modificando a estrutura e as características da economia. A primeira dessas dificuldades é a tendência a um desequilíbrio externo, devido a três razões: a política cambial chamada de “confisco cambial”, na qual a renda da agricultura gerada pelas divisas pagas pelos demandantes é transferida para a indústria, desestimulando as exportações de produtos agrícolas; a formação de uma indústria sem competitividade internacional, devido ao protecionismo gerado pelos subsídios; e a elevada demanda por importações, gerada pelos investimentos industriais no aumento da capacidade produtiva e no aumento da renda.

O segundo desses percalços é o aumento da participação do Estado, devido a quatro razões: adequação do arcabouço institucional à indústria, através da criação da Legislação Trabalhista e de agências para gerir os investimentos; geração de infraestrutura básica, dando suporte às indústrias nas áreas de

transporte, energia, etc.; fornecimento dos insumos básicos, nos setores de risco onde os investimentos privados não estão envolvidos; e captação e distribuição de poupança, através de financiamentos públicos (BNDE).

A terceira dificuldade é o aumento do grau de concentração da renda, causado pelo êxodo rural gerado pela falta de investimentos na agricultura e pelo estímulo ao trabalhador urbano, e pelo caráter capital intensivo do investimento industrial, que não criava muitos empregos no setor urbano. Esse dois pontos geram baixos salários e uma alta taxa de desemprego. Por outro lado, devido ao protecionismo e a concentração industrial, geram grandes taxas de lucros, possibilitadas pelos altos preços dos “cartéis”.

O quarto e último problema gerado pelo processo de substituição de importações é a escassez de fontes de financiamento, dada a grande dificuldade de acumulação de poupança para a grande quantidade de investimentos necessários, não deixando alternativas para o governo senão o financiamento inflacionário e o endividamento externo (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO, 2007).

Podemos apontar dois pontos negativos da política de substituição de importações que tiveram impactos na geração de empregos. Primeiro, a proteção indiscriminada desviou recursos daqueles setores intensivos em mão-de-obra para aqueles intensivos em capital, com isso a economia do Brasil teria ficado menos trabalho intensiva. Segundo, a discriminação contra as exportações cujos preços domésticos eram superiores aos internacionais desestimulou ainda mais a expansão das exportações, comprometendo a geração de empregos.

Países em desenvolvimento como o Brasil tendem a ter suas exportações trabalho intensivas, ou seja, são mais competitivos naquilo que são abundantes, que, nesse caso, foi prejudicado por essa política.

A partir do que foi apresentando nesse capítulo podemos concluir que os economistas defensores do livre comércio como regulador do mercado têm como base a teoria clássica ricardiana que disse que o comércio internacional é mutuamente benéfico baseado nos custos de oportunidade. O modelo de

Heckscher-Ohlin (H-O) é usado para explicar melhor a relação entre o comércio e a dotação de fatores.

A teoria contrária, dos defensores da intervenção do Estado na economia, segue uma linha nacional desenvolvimentista, na qual a indústria dos países é protegida por tarifas e outras formas de protecionismo a fim de se desenvolver industrialmente. Acreditavam que para alcançar o desenvolvimento econômico o Estado devia desempenhar um papel importante como propulsor dos diversos setores da economia, por meio do que hoje conhecemos como política industrial.

O modelo de Substituição de Importações (SI) do Brasil em 1930 aplica-se a essa segunda teoria, um modelo de uma economia fechada com um governo fortemente intervencionista, defendido pelos teóricos nacional desenvolvimentistas, com o objetivo de proteger e estimular a indústria nacional frente à concorrência externa, pois se tivéssemos optado pela primeira opção dos teóricos liberais o país ainda seria somente um grande agroexportador de commodities. O modelo se caracteriza por dois elementos principais: primeiro uma industrialização voltada para o mercado interno e não voltada para exportar, como seria comum em uma economia agroexportadora; e segundo, dependente de medidas protecionistas, para a indústria nacional contra suas concorrentes estrangeiras, como as barreiras tarifárias.

3 O CASO BRASILEIRO

Nesse capítulo faremos uma retomada histórica dos anos de Substituição de Importações (SI) no Brasil, desde a década de 1930, que foi o início do modelo, passando pelos momentos de crise e de milagre da economia. Com o objetivo de contextualizar como era a estrutura brasileira antes da abertura, para que se possa ter a real dimensão da quebra estrutural que se sofreu com a internacionalização da economia, demonstraremos dados das importações das décadas que seguiram a política de industrialização e também os dados sobre o balanço de pagamentos.

Antes do modelo de Substituição de Importações (SI), no século XIX, a economia brasileira era uma economia agroexportadora, assim como as economias dos demais países da América Latina, que dependiam dos grandes centros dominantes. Como relata Tavares (1982), o processo de desenvolvimento era voltado para fora, dependente do crescimento da demanda externa, e suas exportações eram concentradas em poucos produtos, o que a tornava extremamente vulnerável às flutuações de seus preços. Foi exatamente por causa disso que a crise da década de 1930 afetou a economia do Brasil, fazendo com que a economia se voltasse para dentro.

Em 1930 a economia brasileira iniciou um processo de mudança da fonte de determinação do nível de renda, que foi chamado por Celso Furtado (2007) de Deslocamento do Centro Dinâmico, quando a demanda externa deixa de ser o elemento mais importante, como é típico de uma economia agroexportadora, e passa a ter o mercado interno, mais precisamente o consumo e o investimento como elemento essencial.

Para Furtado (2007), esse deslocamento ocorre devido à política heterodoxa adotada pelo governo de Getúlio Vargas em 1930. Uma política de manutenção da renda, na qual o governo decidiu estocar o café que estava sofrendo dificuldade nas vendas, viabilizando a realização das colheitas e a manutenção do

emprego; e uma política de deslocamento da demanda: com desvalorização do câmbio, os produtos nacionais passaram a substituir os importados na demanda interna mantida pela manutenção da renda. A produção industrial brasileira, principalmente a indústria dos setores “tradicionais” (alimentos, roupas, etc.) com capacidade produtiva já existente e ociosa, passou a ditar o nível de crescimento da economia brasileira.

Segundo Furtado (2007) podemos observar que no período seguinte a grande depressão, baseado na política de governo contra a crise externa, o mercado interno e a produção industrial, graças à capacidade já instalada, puderam suprir a necessidade de uma série de bens antes importados. Mantendo-se assim esse nível de procura, o mercado interno pôde gerar uma taxa de rentabilidade maior do que aqueles setores baseados no mercado externo, que estavam sofrendo uma queda em seus lucros.

O nível de renda nacional havia sido recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva. (FURTADO, 2007, p. 280).

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), nos momentos de crise cambial, o governo adotava algumas medidas para conter as importações e estimular a indústria nacional. Podemos listar quatro tipos. O primeiro através da desvalorização real do câmbio, que aumentava os preços dos produtos importados e conseqüentemente protegia os produtores nacionais. A segunda medida era o controle de câmbio, estabelecendo um sistema de licenças para importar, controlando o acesso às divisas e à moeda estrangeira. Um terceiro tipo eram as taxas múltiplas de câmbio, separando vários mercados cambiais (câmbio livre, flutuante, comercial, financeiro) e destinando a cada um deles uma demanda e uma

oferta de divisas. Por último, era adotada uma política de elevação das tarifas aduaneiras, diminuindo quantitativamente as importações.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007) acreditam que alguns desequilíbrios foram provocados devido à mudança na estrutura econômica do Brasil, o principal deles podemos dizer que foi na balança de pagamentos. Quando o governo adotou uma política para manter a renda monetária relativamente elevada enquanto baixava drasticamente a capacidade de importação, foi necessária uma elevação nos preços relativos dos artigos importados, como citado acima. Entretanto, quando o setor externo se recuperou aconteceu uma modificação da situação cambial, aumentando a procura por bens importados, o que reduziu a procura pelos bens produzidos internamente, gerando, assim, uma nova pressão sobre a balança de pagamentos.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007) apontam que a política adotada no período da Segunda Guerra Mundial foi a mesma adotada depois da crise de 1930, com fixação de uma taxa de câmbio que mantinha o nível de renda interna elevado. No entanto, as situações em que a economia se encontrava eram totalmente distintas. Nos anos 30 o poder de compra que se criava servia para substituir à procura externa que estava debilitada. Já nos anos da guerra, a capacidade produtiva já estava sendo plenamente utilizada e existia uma contração na oferta de produtos importados, represando assim a renda no mercado interno e gerando um período de estagnação no sistema econômico.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), a situação que se criou nos anos da guerra era complexa e exigia mais do que uma simples manipulação da taxa cambial, era preciso um ajuste geral no desequilíbrio encontrado no sistema econômico, causado pela alta desordenada dos preços, pelo aumento dos gastos militares do governo e pela baixa na produtividade, ocasionada pela falta de combustíveis e peças de reposição nas fábricas.

Vianna e Villela (2005) relatam que o período pós-guerra, marcado pela renúncia de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, deu início a uma nova fase na política econômica do país. E o Plano SALTE foi um desses novos planos econômicos lançados pelo governo brasileiro, com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos setores de saúde, alimentação, transporte e energia. Devido à escassez de moeda estrangeira para financiamento do desenvolvimento econômico, o Brasil teve que recorrer ao capital privado. Não adotando uma medida de desvalorização como era de se esperar, o governo aplicou controles cambiais e em 1948 foi adotada a primeira política direta de contingenciamento de importações, baseada na concessão de licenças prévias para importar, de acordo com o plano do governo.

Segundo Vianna e Villela (2005), podemos apontar três efeitos para essa política: primeiro, um efeito subsídio associado aos preços artificialmente mais baratos; segundo, um efeito protecionista viabilizado pela restrição à importação de bens competitivos; e terceiro, uma combinação dos dois primeiros, que consiste na alteração da estrutura de rentabilidade, estimulando uma produção voltada para o mercado doméstico ao invés de uma produção voltada para exportação. Dessa forma, de acordo com Furtado (2007), essa política cambial que baixou relativamente os preços dos equipamentos e assegurou proteção contra os concorrentes externos, gerou a possibilidade de que esse enorme aumento da produtividade econômica fosse voltado para o setor industrial.

Vianna e Villela (2005) contam que o setor externo parecia promissor, com expectativas de novos fluxos de poupança externa geradas pelo acordo assinado pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU), propondo-se a elaboração de projetos financiados pelo Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e pelo Banco Mundial (BM). O que levou o governo a elaborar um projeto, que se executaria em duas fases: a primeira, com o objetivo de equilibrar as finanças públicas (reduzir as despesas governamentais e aumentar a arrecadação) e

estabilizar a economia, para depois adotar uma política monetária contracionista de modo a reduzir a inflação; e a segunda seria a de investimentos e realizações.

Vianna e Villela (2005) descrevem que no início de 1953 o Brasil apresentava um colapso cambial, devido à redução da receita das exportações, que gerou um déficit na balança comercial, um esgotamento das reservas internacionais de moeda conversível e ao acúmulo de atrasados comerciais. Tudo isso foi agravado pelo fim da CMBEU e dos financiamentos aos projetos elaborados pela Comissão Mista. Devido a essa crise cambial, os planos de investimentos, chamado de projeto “Campos Sales”, foram deixados de lado.

Vianna e Villela (2005) ainda relatam que no final de 1953 o governo atacou simultaneamente os problemas cambial e fiscal, ao baixar a Instrução 70 da Sumoc. As principais mudanças aplicadas ao sistema cambial brasileiro foram: o restabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil; a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio; e a substituição das taxas mistas por um sistema de bonificação incidente sobre a taxa oficial para as exportações.

Com a Instrução 70 passaram a existir três tipos básicos de cobertura cambial para as importações brasileiras: (1) taxa oficial, sem sobretaxa, válida para certas importações especiais, tais como trigo e material ou papel de imprensa; (2) taxa oficial, acrescida de sobretaxas fixas, para as importações diretas dos governos federal, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista (também petróleo e derivados tinham suas aquisições cobertas dessa forma); e (3) taxa oficial, acrescida de sobretaxas variáveis (segundo lances feitos em leilões de câmbio realizados em bolsas de fundos públicos do país), para todas as demais importações. (VIANNA e VILLELA, 2005, pag. 33-34).

De acordo com Giambiagi, Villela, Castro, Hermann (2005), além da desaceleração do crescimento econômico em 1953, que apresentou um crescimento do PIB de 4,7%, menor do que todos os anos anteriores, a inflação acelerou-se alcançando um patamar de 20,5%. Explicada principalmente pelo déficit público, ocasionado pelo grande número de obras de infraestrutura necessárias para adequação do país ao grande crescimento industrial, apresentado nos anos

anteriores, principalmente pelo surto de investimentos de 1951 e 1952; e pelos problemas apresentados pela política do salário mínimo e pelo café.

TABELA 1 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS IMPORTAÇÕES NA OFERTA INDUSTRIAL DOMÉSTICA¹ – 1950, 1952 E 1956 (em % baseadas em valores constantes de 1949).

Gêneros	Importações: Oferta Doméstica			Tx. De Cresc. das Importações		Tx. De Cresc. da Produção	
	1950	1952	1956	1950/52	1952/56	1950/52	1952/56
Minerais não metálicos	7,9	11	1,3	78	-82	23	71
Metalúrgica	18,3	19	15,5	18	13	13	44
Mecânica	60,3	64,6	34	64	60	36	41 ²
Material elétrico	40,4	39,8	12,2	46	-70	50	41 ²
Material de transporte	50,7	45	11,2	78	-78	124	41 ²
Papel e papelão	26,1	21,8	14,4	-17	-12	6	45
Química	47,5	44,7	12,4	23	-20	22	318
Têxtil	2,4	2,1	0,9	-13	-49	2	28
Alimentos	2,7	4,2	3,3	71	-16	5	10
Bebidas	2,7	2,2	0,9	27	-59	29	7
TOTAL	13,5	16	7,2	44	-42	16	40

Fonte: Vianna e Villela (2005) Tabela 1.2, p. 41.

¹ Oferta Doméstica = Importações + Produção Doméstica – Exportações.

² Dada a inexistência de estimativas para a taxa de crescimento entre 1952 e 1956, optou-se por supor para esses gêneros uma taxa de crescimento anual à do total industrial (% a.a., aproximadamente).

Como podemos notar na tabela, no período de 1945 a 1955 a estrutura econômica brasileira mudou muito, principalmente no interior da indústria de transformação, devido ao avanço do processo de substituição de importações. Houve uma queda de 42% no valor das importações industriais entre 1952 e 1956, sendo que minerais não metálicos, matérias de transporte e elétrico tiveram uma queda muito maior que a média nacional (82%, 78% e 70% respectivamente), enquanto houve um aumento de 40% na produção industrial nacional, com um aumento gigantesco de 318% sendo observado na indústria química. Como resultado, a participação das importações na oferta doméstica caiu de 16% em 1952, para 7,2% em 1956, tudo isso antes do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Segundo Villela (2005), o plano de governo apresentado por JK em 1955 sob o título Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como

objetivo acelerar o desenvolvimento econômico e reverter o atraso da indústria de transformação do país, através de pesados investimentos nos setores industriais e de infraestrutura. O plano, como era definido pelo próprio JK, “50 anos em 5” pode ser dividido em três pontos principais: investimentos estatais em infraestrutura, como transporte e energia; estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, como aço, carvão e cimento; e incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital, além de uma meta cara e que não estava nos orçamentos de JK: a construção de Brasília.

Para Villela (2005), a Instrução 113 da Sumoc, baixada ainda no governo Café Filho em 1954, que autorizava a importação de bens de capital “sem cobertura cambial”, impediu que a restrição de divisas levasse a escassez de financiamento ao Plano de Metas, mas por outro lado aumentou a dívida líquida externa brasileira. Além desse subsídio aos bens de capital e da atração de investimento direto estrangeiro, o plano dependeu de uma política cambial adotada através de uma tarifa aduaneira protecionista.

Para Villela (2005), a principal fonte de financiamento do Plano de Metas foi mesmo a inflação, gerada pela expansão monetária que financiava o déficit público e o aumento do crédito. A fim de acabar com esse déficit, o governo adotou uma política de contenção das despesas, que fez com que os compromissos de pagamentos do Plano de Metas fossem atrasados.

Segundo Villela (2005), Jânio Quadros herdou vários problemas macroeconômicos da era JK, com destaque para a inflação acelerada, e adotou uma política extremamente ortodoxa e restritiva, com forte desvalorização cambial e unificação do mercado de câmbio, redução dos gastos públicos, política monetária contracionista e redução dos subsídios às importações de petróleo e trigo. Tudo isso com o objetivo de uma estabilização doméstica e recuperação do crédito externo, para se retomar o crescimento e o desenvolvimento da economia, deixando de lado os planos de crescimento.

Villela (2005) descreve que logo em seguida no governo João Goulart foi publicado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado e sua equipe, com o objetivo de retomar o crescimento da economia, em queda no ano de 1962. Para Furtado e sua equipe, era preciso um aprofundamento do processo de industrialização via substituição de importações como forma de combater os pontos de estrangulamento da economia brasileira, lembrando que estrangulamento externo pode ser explicado pelo momento em que o valor das exportações está em queda, junto com a manutenção da demanda interna, gerando escassez de divisas. Isso com o déficit nas contas públicas e no balanço de pagamentos, agravado pela redução da entrada de capitais, resultou em forte desaceleração da atividade econômica. O final dessa catástrofe política e econômica foi o golpe militar, em 31 de março de 1964, que derrubou João Goulart do poder.

Segundo Hermann (2005), Castello Branco assumiu o governo para impor de forma autoritária uma solução para a crise, através de uma política ortodoxa, tomando como principais objetivos o combate gradual da inflação, com expansão das exportações e retomada do crescimento da economia. No entanto, devido ao grande desequilíbrio encontrado pelo governo, as medidas tiveram um viés mais restritivo, com ajuste estrutural e conjuntural, e só a partir de 1967 houve retomada do desenvolvimento. Ainda em 1964 o governo lançou um Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Resumindo, o resultado do Paeg foi positivo, apesar das metas de redução da inflação não serem alcançadas, as pressões inflacionárias de demanda e custos foram contidas com as políticas monetária, fiscal e salarial contracionistas, contribuindo também para um ajuste externo da economia. Para Hermann (2005), o benefício mais visível de toda essa reforma foi a criação de um mercado de dívida pública (ORTN), possibilitando um financiamento não monetário e não inflacionário dos déficits do governo.

Hermann (2005) descreve que no governo de Costa e Silva, a partir de março de 1967, o controle da inflação foi conciliado com uma política de retomada

do desenvolvimento. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) tinha como prioridades: a estabilização dos preços; o fortalecimento da empresa privada; retomada do investimento em infraestrutura; e ampliação do mercado interno. Já em 1968, a economia brasileira iniciou um período chamado de “milagre”, com um crescimento do PIB de 9,8% a.a. e um aumento na taxa de investimento. Esse crescimento foi acompanhado de queda na inflação e melhora do Balanço de Pagamentos. Podemos notar na tabela que o resultado do Balanço de Pagamentos subiu de US\$97 milhões em 1968 para US\$531 milhões no ano seguinte e teve uma nova melhora em 1972 alcançando US\$2538 milhões. Hermann (2005) lembra que durante o governo de Médici (1969-73) essa política econômica foi mantida, porém, no campo político, esse período foi de grande autoritarismo e ficou conhecido como “anos de chumbo” (decreto do AI-5 - Ato Institucional nº 5).

TABELA 2 - BALANÇO DE PAGAMENTOS NO BRASIL (EM US\$ MILHÕES) E TAXA DE CÂMBIO MÉDIA – 1968-1980

Ano	Contas do BP			Taxa de câmbio média (US\$) ¹
	Transações Correntes (TC)	Conta Capital e Financeira (CCF)	Resultado do Balanço	
1968	-582	680	97	3,4
1969	-364	936	531	4,07
1970	-839	1281	534	4,59
1971	-1630	2173	537	5,29
1972	-1688	3793	2538	5,93
1973	-2085	4111	2380	6,13
1974	-7504	6531	-1041	6,79
1975	-6999	6374	-1064	8,13
1976	-6426	8499	2688	10,67
1977	-4826	6151	714	14,14
1978	-6983	11884	4262	18,08
1979	-10708	7624	-3215	26,95
1980	-12739	9610	-3472	52,71

Fonte: Giambiagi (2005) Tabela A1 e A4, p. 403, 406 e 407.

*1967/69: NCr\$ milhões; 1970/79: Cr\$ milhões; 1980/85: Cr\$ bilhões.

Depois de tanto autoritarismo, Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), afirmam que “o crescimento se colocava também como uma necessidade para

legitimar o regime militar, que procurou justificar sua intervenção na necessidade de eliminar a desordem econômica e político-institucional”.

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2007), os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: o aumento da demanda por bens duráveis, impulsionada pelo aumento do crédito; o crescimento das exportações, graças ao crescimento do comércio mundial; e o aumento das indústrias dos setores de bens de capital e bens intermediários. Além disso, essa forte expansão também representou uma forte entrada de capital no país, através dos investimentos externos diretos e dos empréstimos em moeda.

Hermann (2005) relata que o governo Geisel (1974-79) recebeu uma economia com inflação reduzida, 15% em 1973, com reorganização da estrutura fiscal e financeira e recuperação do Balanço de Pagamentos (Tabela 2). Porém, com alguns problemas também, como o aumento da dependência externa (industrial e financeira), como resposta à política de endividamento. Além do primeiro choque do petróleo que ocorreu no final de 1973 e elevou os preços do insumo no mercado internacional, levando a dependência externa do país a uma redução na capacidade de importações e a contração da atividade econômica.

Para Hermann (2005), essa dependência levou o governo a adotar um plano de ajuste externo para buscar superar essa necessidade, investindo em ampliação da capacidade produtiva de bens de capital e de petróleo, através da substituição de importações e do aumento das exportações. Esse plano foi colocado em prática com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como objetivos acabar com os “pontos de estrangulamento” (infraestrutura, bens de produção e energia) que mantinham essa dependência externa e essa restrição estrutural ao crescimento da economia brasileira. Esses investimentos foram financiados com fontes públicas e privadas, alimentadas pelas entradas dos petrodólares e pela retomada da economia mundial.

Com observou Hermann (2005, p.107), “no início de 1979, a economia brasileira entrava no 12º ano consecutivo de vigoroso crescimento e endividamento

externo”. Entretanto, isso não continuaria por muito tempo, pois em 1979 o segundo choque do petróleo revelou um excesso de demanda interna na economia brasileira, o que acabou gerando um desequilíbrio externo e uma aceleração inflacionária. As correções cambiais, tarifárias e salariais, além das indexações de contratos alimentaram o processo inflacionário e geraram a chamada “inflação inercial”. A taxa de inflação saltou de 34% a.a. em 1974 para 110% a.a. em 1980 e o Balanço de Pagamentos (BP) tornou-se deficitário alcançando –US\$3215 milhões ao final de 1979 (tabela 2), não sendo amenizado nem pela maxidesvalorização de 30% do cruzeiro feita pelo governo em dezembro de 1979.

Também em 1979 e 1982 o FED (Federal Reserve System) elevou drasticamente as taxas de juros e causou uma “crise da dívida” brasileira, que prejudicou o país no mercado financeiro internacional, devido à enorme instabilidade inflacionária, afastando os investimentos externos de risco, provocando uma defasagem na absorção das novas tecnologias mundiais e uma perda de posição do Brasil no comércio mundial.

Segundo Hermann (2005), devido a todos esses resultados negativos, em 1981 o governo decidiu por aplicar uma política extremamente recessiva, que foi chamada de “ajustamento voluntário”, com uma política monetária baseada na elevação da taxa de juros. No entanto, mesmo os juros mais altos não foram capazes de atrair capital suficiente para cobrir a dívida externa e o Brasil acabou por fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982. O acordo baseava-se na contenção da demanda agregada através da redução do déficit público, aumento da taxa de juros e redução do salarial real, além de criar uma estrutura de preços relativos mais favorável ao setor externo através de uma intensa desvalorização real do cruzeiro, elevação do preço dos derivados do petróleo e estímulo à indústria nacional através de subsídios e incentivos à exportação. Porém, esse ajuste não melhorou a situação da inflação e da dívida pública, ambas cresceram devido à deterioração da economia brasileira.

De acordo com Castro (2005), “após 20 anos de Regime Militar, aos poucos ganhava força o movimento por eleições Diretas Já... a democracia não apenas traria de volta as liberdades civis e políticas, como também o fim da inflação, o retorno do crescimento e a sonhada redistribuição da renda”.

Castro (2005) relata que em fevereiro de 1986 o governo adotou uma proposta de choque heterodoxo e lançou o Plano Cruzado. O plano teve um grande sucesso no começo, com queda nos índices de preços ao consumidor, aumento dos postos de trabalho, o problema foi que a forte aceleração do consumo em uma economia com demanda já aquecida e congelamento de preços por tempo indeterminado levou a um desabastecimento.

Segundo Castro (2005), por isso, em 1987 foi lançado um novo plano, o Plano Bresser, que buscou não repetir os mesmos erros do Plano Cruzado, com principal objetivo combater a inflação inercial e de demanda, mas novamente sem resultado. E assim, depois desses insucessos foi lançado um terceiro plano em 1989, o Plano Verão que mudou novamente o padrão monetário, sendo instituído o cruzado novo como moeda nacional.

Concluimos com esse capítulo que o Brasil do modelo de Substituição de Importações (SI) de 1930 até 1990 tinha um governo muito intervencionista, com políticas protecionistas como barreiras tarifárias e não tarifárias sobre as importações e subsídios às exportações nacionais, que visavam estimular o desenvolvimento da indústria brasileira e proteger da concorrência internacional.

Nesse período, devido ao forte fechamento da economia, a indústria era caracterizada pela ineficiência na cadeia produtiva e pela perda de dinamismo organizacional, contribuindo para a formação de setores oligopolizados. A indústria não tinha acesso às novas tecnologias e aos novos processos produtivos que já estavam em uso no exterior, deixando sua indústria defasada e desatualizada frente à concorrência dos países já desenvolvidos e produtores de bens manufaturados com maior valor agregado.

4 ABERTURA COMERCIAL

Nesse capítulo vamos apresentar os acontecimentos da década de 1990 e como a abertura comercial teve impacto sobre alguns pontos da economia brasileira e da indústria. Para podermos analisar esses acontecimentos, comentaremos os dados dos coeficientes de importação e exportação, a tarifa de importações e os saldos da balança comercial e de transações correntes.

Segundo Coutinho (1996), a globalização pode ser entendida como o estágio mais avançado da internacionalização e traz alguns elementos como acelerada mudança tecnológica e mudança no padrão de organização de produção na indústria.

A partir disso podemos questionar: quais os reais impactos da abertura comercial sobre a indústria nacional? Houve aumento da produtividade e da tecnologia das empresas já instaladas no país? Elas perderam muito mercado para os produtos importados?

4.1 MUDANÇA ESTRUTURAL

Para Castro (2005), em 1990 o Brasil vivia no contexto de inúmeras tentativas de combate à inflação mal sucedidas e a teoria inercialista já era vencedora do debate. Uma sucessão de erros levou o Plano Cruzado ao fracasso, e os dois planos que se seguiram (Bresser e Verão) também. Os planos de estabilização do período de 1985-89 não tiveram o devido controle sobre a demanda agregada e o congelamento de preços só agravou o problema. O Plano Real beneficiou-se com o aprendizado dos fracassos anteriores.

Em 1987 a Comissão de Política Aduaneira (CPA) propôs algumas mudanças na política de importações brasileira, como redução das barreiras tarifárias e em 1988 o governo atendeu ao pedido, mas com reduções um pouco mais brandas do que o solicitado. Mesmo assim, foi a primeira medida tomada no sentido de dar fim ao regime de Substituições de Importações (SI) vigente no país a tantos anos (KUME, H.; PIANI, G. E SOUZA, C. F. B., 2003). Como podemos olhar na tabela abaixo, a tarifa nominal média de importações cai de 51% em 1987 para 41% em 1988 e depois cai para 35,5% em 1989 e a tarifa modal tem uma elevação de 30% para 40% no mesmo período.

TABELA 3 – TARIFA NOMINAL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRA (%)

Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Média	51,3	51,3	51	41	35,5	32,2
Moda	30	30	30	40	40	40
Desv.Pad.	26	26	26,3	17,6	20,8	19,6

FONTE: AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. (1997)

Segundo Castro (2005), as reformas ocorridas no Brasil na década de 1990, inicialmente propostas por Collor e depois oficializadas na Nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), visavam aumentar a competição e a competitividade das indústrias e do mercado de trabalho nacional através da minimização da interferência do Estado no processo produtivo. Para o governo, a recuperação do atraso industrial era vista como uma prioridade e como uma condição necessária para se obter estabilidade dos preços.

TABELA 4- A EVOLUÇÃO DA TARIFA LEGAL DE IMPORTAÇÃO x CRONOGRAMA TARIFÁRIO (%)

	Ano	1991	1992	1993	1994	1995
Tarifa nominal	Média	25,3	20,8	16,5	14	12,6
	Moda	20	20	20	20	2
	Desv.Pad.	17,4	14,2	10,7	8,3	9
Cronograma previsto de redução da tarifa	Média	25,3	21,2	17,1	14,2	12,6
	Moda	20	20	20	20	2
	Desv.Pad.	17,4	14,2	10,7	7,9	9

FONTE: AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. (1997)

De acordo com Lucena (2008), a nova Política Industrial de Comércio Exterior (PICE), lançada em 1990, acabou com a maioria das barreiras não tarifárias e reduziu as barreiras tarifárias, com um cronograma que ia de 1990 até 1994. As tarifas que antes eram em média de 32% em 1990 (tabela 3) foram reduzidas para uma média de 14% no final de 1994 e chegaram a 12% em média em 1995, seguindo o cronograma previsto, conforme tabela acima.

Segundo Lucena (2008), “a PICE objetivava melhorar também a capacidade tecnológica por meio da adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento, que foi chamada de integração competitiva”.

Averbug (1999) diz que, para isso, o governo reduziu drasticamente a proteção aos produtos nacionais, no período de 1988/93. A partir daí houve maior transparência na estrutura das políticas comerciais, com a eliminação das barreiras não tarifárias e redução das barreiras tarifárias, reduzindo assim o grau de proteção da industrial local.

O impacto da liberalização comercial foi imenso em relação à integração da economia do país no mercado mundial, através do incentivo que essa abertura representou para a modernização tecnológica das indústrias nacionais, para o aumento da sua produtividade e ampliação do mercado e do consumo no Brasil.

O Plano Nacional de Desestatização (PND) foi considerado prioritário, lembra Castro (2005). O Plano pretendia contribuir para a modernização do parque industrial, para a consolidação da estabilidade e redução da dívida pública com os recursos da privatização. Os principais setores foram o de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Além do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização da política de importações. Foram extintas as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa e os regimes especiais de importação. Na prática, isso significou o fim das formas mais importantes de controle tarifário.

Comparando a experiência brasileira com a de outros países latino-americanos ou, mesmo, com algumas experiências asiáticas, o ritmo e a extensão das reformas introduzidas no período Collor/Itamar podem ser considerados como razoavelmente moderados, compreendendo as dificuldades que a indústria nacional teria após anos de baixo nível de investimento e turbulência econômica. (CASTRO, 2005, p. 148).

Para Coutinho (1996), depois de 1990, com as recomendações liberalizantes do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do BM (Banco Mundial) os países em desenvolvimento foram inundados por capitais estrangeiros. O Brasil optou por um regime baseado na manutenção da taxa de câmbio para alcançar a estabilidade. Entretanto, essa opção leva ao aumento estrutural das importações de insumos e produtos que por sua vez gera déficit em conta corrente. Logo o Brasil sofreu o impacto da crise mexicana (1994), devido ao regime de "âncora cambial", mas como o nível de reservas ainda era consideravelmente elevado isso amorteceu as consequências da crise, sem que o governo precisasse recorrer a medidas drásticas.

Para Coutinho (1996) a política do Plano Real desestimulava a competitividade da indústria nacional, pelo câmbio distorcidamente sobrevalorizado e pelos altos juros, agravando a desigualdade de oportunidades de desenvolvimento. No entanto, o sistema empresarial brasileiro mostrou-se notavelmente capaz de responder defensivamente a esse ambiente desfavorável e obtivemos notáveis ganhos de produtividade e significativa economia de capital de giro. A estratégia para isso foi abandonar as áreas de negócio consideradas não competitivas, com elevada intensidade tecnológica e grande risco mercadológico. Isso fragilizou a indústria brasileira em todos os setores de alto valor agregado, com competitividade apenas em setores produtores de commodities de elevada escala de produção, baixo valor agregado, intensivos em recursos naturais.

De acordo com Castro (2005), o crescimento médio do PIB no período de 1990-94 foi de 1,4% ao ano, contudo sofreu variações ao longo dos anos, embora o setor de serviços tenha permanecido relativamente constante, a agricultura e a indústria tiveram comportamentos bastante variados. Em 1990 com o sequestro da

liquidez do Plano Collor I a economia sofreu uma queda do PIB de 4,3%, sendo que a indústria caiu 8,2%. Em 1993-94 a economia apresentou taxas expressivas de crescimento, de 4,9% em 1993 e 5,9% em 1994. Esse crescimento estava associado à recuperação e renovação da indústria e ao bom desempenho da agricultura (chamada de “âncora verde do real”).

O impacto do lançamento do real sobre a indústria (crescimento de 6,7% em 1994) encontra-se, todavia, subestimado pelo fato de a estabilização só ter ocorrido a partir de 1º de julho. Se fosse considerado o crescimento anualizado da produção industrial no segundo semestre de 1994, ele atingiria quase 15%. Esse dado nos mostra que as medidas adotadas para comprimir a demanda (elevação de compulsórios e outras) foram, na realidade, insuficientes para conter a “festa da estabilização” que se seguiu à introdução da nova moeda. (CASTRO, 2005, p. 158).

TABELA 5 – COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA* (TOTAL E GRUPOS DE SETORES, EM ANOS SELECIONADOS)**

	Brasil			
	1980	1989	1993	1994
Coeficientes de exportação	%	%	%	%
Tradicionais	10,5	14,2	17,2	18,3
Insumos básicos	5,3	22,9	24,8	22,1
Metalmecânicos/ Eletroeletrônicos	8,3	18,1	19,4	19,2
Total	8,5	17,7	19,8	19,6
Coeficientes de importação	%	%	%	%
Tradicionais	1,9	4,2	7,2	8,3
Insumos básicos	12,3	10,9	15,1	13,5
Metalmecânicos/ Eletroeletrônicos	13,2	16,1	23,5	31,9
Total	7,7	9,2	14,1	16,7

Fonte: Bielschowsky e Stumpo (1996, p.170)

*Os coeficientes de exportação e importação correspondem, respectivamente, à razão % entre valor das exportações e valor bruto da produção e valor das importações e valor bruto da produção.

**Setores tradicionais: alimentos, têxteis/calçados, madeira/móveis, imprensa, pinturas, sabão, perfume, material de construção, outras indústrias; setores de insumos básicos: papel/celulose, química/petroquímica, siderurgia/metalúrgica de não ferrosos; setores mecânicos/eletroeletrônicos: produtos metalúrgicos, equipamentos elétricos e não elétricos (bens de capital e de consumo), equipamentos de transporte e instrumentos científicos.

Como podemos analisar na tabela acima, as exportações apresentaram um aumento entre 1980 e 1994, passando de 8,5% para 19,6%, respectivamente, sendo esse aumento mais considerável nos setores de insumos básicos, passando de 5,3% em 1980 para 22,1% em 1994, alcançando 24,8% em 1993. Já as importações tiveram um aumento de 7,7% em 1980 para 16,7% em 1994, sendo o setor de metalmeccânicos e eletroeletrônicos com o maior aumento, passando de 13,2% em 1980 para 31,9% em 1994, o maior coeficiente apresentado dentre todos os setores.

Bielschowsky e Stumpo (1996) atribuem a crescente integração internacional da indústria brasileira aos fatos que ocorreram desde 1980. Em primeiro, ainda durante os anos 1980 houve uma grande elevação do coeficiente exportado. Segundo, na primeira metade da década de 1990, com a abertura econômica que elevou rapidamente o coeficiente de importação. Para eles, a abertura comercial foi muito forte em todos os setores dos três segmentos, tanto pelo lado das exportações como pelo das importações.

Bielschowsky e Stumpo (1996) também relataram sobre o salto entre 1989 e 1994 nas importações, principalmente de bens de consumo durável e bens de capital, seu aumento foi de mais de 30%. Eles atribuem isso à combinação de forte apreciação cambial, acelerada ampliação na abertura a importações e acentuado aquecimento da demanda. Para Barros (1997), a estabilização explica e contribui significativamente para a ampliação do mercado e da demanda, pelo impacto que tem para o crédito. Assim, a abertura da economia associada à estabilidade resultou em uma guinada nas decisões de investimento e consumo.

Segundo Giambiagi (2005), o efeito combinado do crescimento da demanda agregada e da redução da entrada de capitais externos, além de outros fatores, como superaquecimento da economia e a crise do México, colocaram grande pressão sobre o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. As reservas brasileiras caíram de US\$43 bilhões em 1994 para US\$32 bilhões em abril de 1995. Por isso, ainda em 1995 foi lançado um conjunto de medidas que visavam melhorar o balanço de pagamentos, entre elas podemos citar uma desvalorização

controlada de 6% da taxa de câmbio, seguida de várias microdesvalorizações e uma alta da taxa de juros nominal, passando de 3,3% para 4,3%. Assim, atraídos pela rentabilidade elevada das aplicações em real, os investidores retornaram ao país, fechando o ano de 1995 com reservas de US\$52 bilhões.

O problema, agora, é construir um ambiente econômico que os faça voltar a investir maciçamente. Para que isto ocorra, são necessárias estabilidade macroeconômica e recuperação de crescimento... São necessários, também, elementos que, por algum tempo, vêm sendo desconsiderados, como taxas de câmbio mais altas e estáveis, que não afugentem os investimentos em setores de bens "transáveis", e uma política de competitividade industrial. (BIELSCHOWSKY; STUMPO, 1996, p.176).

A principal crítica ao Plano Real, feita por Barros (1997), era justamente a opção por uma âncora cambial que estaria resultando em uma valorização da taxa de câmbio que incentivaria quedas substanciais de nossas exportações e estimularia as importações. Para ele, isso condenaria o Brasil a continuar com baixas taxas de crescimento. Conseqüentemente, qualquer aceleração das taxas de crescimento, por mínima que fosse, resultaria em aumentos significativos das importações que não poderiam ser financiados pelas exportações. Então para financiar as importações, que estariam estimuladas pela valorização cambial, nos abrigaria a manter elevadas as taxas de juros como forma de atração de capital estrangeiro, o que contribuiria para a manutenção de baixos patamares de crescimento. Sem dúvida, essa somatória de processos está tendo impacto sobre a balança comercial brasileira, provocando um encolhimento das cadeias produtivas e afetando a geração doméstica de valor agregado.

Para Giambiagi (2005), o grande causador do desequilíbrio externo brasileiro foi o salto nas importações que se seguiu ao Plano Real, juntamente com um desempenho nada brilhante das exportações. Nos três anos entre 1995 e 1997, as importações cresceram em média 21,8%, sendo que o crescimento de 1995 chegou a 51%, enquanto as vendas no exterior chegaram somente a 6,8% nesse mesmo período.

TABELA 6 – BALANÇA COMERCIAL (FOB) – SALDO (US\$ milhões)

Ano	BC
1988	19.184,1113
1989	16.119,1870
1990	10.752,3940
1991	10.579,9687
1992	15.238,8948
1993	13.298,7681
1994	10.466,4721
1995	-3.465,6150
1996	-5.599,0410
1997	-6.752,8870
1998	-6.574,5020
1999	-1.198,8680

FONTE: IPEADATA

Como podemos verificar na tabela acima, a Balança Comercial que apresentava superávit de aproximadamente US\$10,5 bilhões em 1994, começa a ter déficit em 1995 de forma crescente até 1999, quando o país alcança o ápice da crise. O que também podemos notar na tabela é que, quando juntamos abertura comercial com Plano Real os saldos positivos na balança acabam e o número volta a ser negativo. Bielschowsky e Stumpo (1996) afirmam que “a pergunta fundamental que se faz, então, é a seguinte: a história anterior deve-se exclusivamente ao fato de que a economia estava relativamente fechada a importações?”. Isso nos mostra como a balança comercial é frágil frente aos planos de estabilização da economia implantados baseados na forte valorização cambial.

No entanto, para Bielschowsky e Stumpo (1996), o processo de internacionalização da indústria não lhe estaria subtraindo a capacidade de preservar a estrutura de produção previamente existente, pelo contrário, o estreito contato com o resto do mundo foi parte explicativa da rapidez com que nos últimos anos a indústria foi racionalizada e obteve elevação da produtividade, reagindo “positivamente” à abertura comercial e acumulando forças para ganhar a concorrência com bens importados e prosseguir ampliando as exportações.

TABELA 7 - BRASIL - ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA (1989=100)

	1980	1989	1994
Setores Metalmecânica e Eletroeletrônica			
Produtos metálicos	92	100	172
Equipamentos e bens de consumo duráveis (exclusive transporte)	89	100	144
Materiais de transporte	109	100	160
Subtotal	93	100	151
Setores de Insumos Básicos	92	100	158
Setores Tradicionais (exclusive alimentos-bebidas)	99	100	130
Alimentos-bebidas	93	100	136
Total	96	100	138

Fonte: BIELSCHOWSKY E STUMPO (1996, p.183).

Como podemos confirmar na tabela a produtividade da indústria realmente cresceu bastante depois da abertura comercial, apresentando um índice de 172 em 1994 o setor de produtos metálicos foi o que mais desenvolveu nesse período, seguido pelo de materiais de transporte com 160. O setor de insumos básicos também apresenta um crescimento acima da média, alcançando o índice de 158 em 1994. Na média os setores industriais de metalmecânica e eletroeletrônica apresentaram um aumento para 151 e a economia como um todo alcançou um índice de 138.

Bielschowsky e Stumpo (1996) afirmam que “a indústria brasileira tem passado por forte racionalização, incluindo a absorção de técnicas organizacionais que a estão aproximando da forma de operar do resto do mundo desenvolvido”. Junto com isso, Bielschowsky e Stumpo (1996) também concluem que o comércio intra-industrial se elevou, confirmando a afirmação de que a indústria nacional estava fortalecendo e mudando sua forma de inserção internacional. No entanto, em contraste com as evidências de internacionalização, a indústria no país não está nem perto da fronteira de eficiência produtiva internacional, os maiores problemas estão na insuficiência de atividades de pesquisa científica e tecnológica e na escassez de empresas brasileiras no mercado internacional.

Barros (1997) discorda mais uma vez de Bielschowsky e Stumpo (1996), pois diz que a abertura econômica está tendo um impacto brutal na medida em que as indústrias aqui instaladas (nacionais ou estrangeiras) acostumadas com a reserva de mercado, pela primeira vez estão sendo obrigadas a pensar em redução de custos, aumentos de produtividade e introdução de novas tecnologias. O fechamento da economia eliminava a concorrência, desobrigando as indústrias de novos investimentos e fortalecendo o processo inflacionário uma vez que quaisquer custos podiam ser automaticamente repassados para os consumidores.

Bielschowsky e Stumpo (1996) argumentam que no início dos anos 80, quando estoura a crise da dívida no Brasil, os resultados dos investimentos realizados pelo II PND já estavam dando frutos e a indústria brasileira compensava o déficit na balança de serviços financeiros e reais, gerando saldos comerciais positivos para a balança de pagamento. E tal desempenho positivo foi apresentado por praticamente todos os segmentos da indústria, conforme tabela abaixo.

TABELA 8 – BRASIL – EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ BILHÕES CORRENTES) E PARTICIPAÇÃO DO SALDO DO SETOR INDUSTRIAL NO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT DO SETOR DE SERVIÇOS (%), ANOS SELECIONADOS

	1980	1985	1989	1992	1993	1994
Balança de bens	-2,8	12,5	16,1	15,5	13	10,4
Indústria manufatureira	1,3	11,1	13,6	11,8	9,9	6,5
Outros setores	-1,5	1,4	2,5	3,7	3,1	3,9
Balança de serviços	-10,1	-12,8	-14,8	-11,1	-15,4	-14,4
"Reais"	-3,1	-1,6	-2,8	-3,2	-4,8	-5,5
"Financeiros"	-7	-11,2	-12	-7,9	-10,6	-8,9
Total de transações correntes (exclusive transferências unilaterais)	-12,9	-0,3	1,3	4,4	-2,4	-4
Participação do Saldo Comercial da Indústria no Financiamento do Déficit em Serviços (%)	12,9	6,7	91,9	107,2	64,3	45,1

Fonte: BIELSCHOWSKY E STUMPO (1996, p.185).

Como podemos observar na tabela acima, a balança de bens apresenta superávit recorrente ao contrário da balança de serviços. E a indústria manufatureira contribui fortemente para isso, alcançando US\$13,6 bilhões em 1989, US\$11,8 bilhões em 1992 e US\$6,5 bilhões em 1994. O saldo comercial positivo da indústria representa grande participação no financiamento do déficit em serviços, conforme tabela acima esse superávit representa 91,9% em 1989 e 107,2% em 1992. Esses saldos positivos da balança de bens compensam os saldos negativos da balança de serviços e fazem com que a balança de transações correntes apresente superávit em 1989 e 1992 (US\$1,3 bilhões e US\$4,4 bilhões, respectivamente).

Verifica-se, por um lado, que os saldos só tornaram-se negativos a partir do último trimestre de 1994. E, por outro, que a mudança acompanhou extraordinária valorização da taxa de câmbio e aquecimento da demanda doméstica... Basta colocar, simultaneamente, em um recipiente subitamente exposto, a acelerada liberalização de importações, algumas doses de valorização cambial e algumas pitadas de aquecimento econômico. (BIELSCHOWSKY; STUMPO, 1996, p.186).

TABELA 9 – JULHO/1994-JUNHO/1995: SALDO COMERCIAL DA INDÚSTRIA, TAXA DE CÂMBIO E VARIAÇÃO NAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

	Saldo no comércio de bens (médias mensais)	Taxas de câmbio (junho de 1995=100)	Expansão das vendas no comércio varejista (em relação a iguais períodos do ano anterior)
94			
Julho-Setembro	1,4	83	20%
Outubro-Dezembro	-0,3	73	21%
95			
Janeiro-Março	-0,8	71	17%
Abril-Julho	-0,7	72	-

Fonte: BIELSCHOWSKY E STUMPO (1996, p.187).

Confirmamos a citação de Bielschowsky e Stumpo (1996) na tabela acima que mostra o saldo comercial brasileiro ficar negativo somente no último trimestre no ano de 1994 (-0,3), acompanhado pela valorização cambial que apresenta uma queda da taxa de câmbio de 83 em julho-setembro de 1994 para 73 em outubro-dezembro de 1994. O déficit no saldo comercial continua em 1995, apresentando -

0,8 no primeiro trimestre e -0,7 no segundo trimestre, novamente acompanhado pela taxa de câmbio valorizada.

No longo prazo, quanto mais se elevar a produtividade e a qualidade na produção industrial brasileira, maior será sua competitividade internacional, melhores serão os resultados de sua balança comercial e menor será a desvalorização da taxa de câmbio, mas infelizmente no curto prazo a variável crucial da competitividade internacional continua sendo a taxa de câmbio. (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996).

O quadro de notícias sobre a indústria tem, em seu lado negativo, essencialmente duas informações bem conhecidas. Primeira, a de que, em poucos meses de vigência do Plano Real, esvaiu-se o expressivo saldo comercial que a indústria vinha produzindo e que, por mais de uma década, cumpriu a função-chave de cobrir os déficits estruturais em serviços financeiros e reais. Como atenuante, pode-se sugerir que a brusca “virada” pode representar não mais do que um “acidente de percurso”, e um alerta de que não há saúde de balança comercial que resista à simultaneidade entre aceleração da abertura comercial, sobrevalorização cambial e superaquecimento da demanda. (BIELSCHOWSKY; STUMPO, 1996 p. 188).

Bielschowsky e Stumpo (1996) finalizam o artigo com a dúvida sobre como transitar da âncora cambial a “âncoras domésticas” (via reformas fiscais e financeiras), sem fracassar com o Plano Real. E sobre qual seria o nível em que se pode e deve estabilizar a taxa cambial. Bielschowsky e Stumpo (1996) dizem que “as incertezas sobre esse nível determinam toda uma hesitação nas decisões de investir para a produção dos referidos bens (bens *tradables*)”.

Olhando para trás e analisando os desastrosos resultados da balança comercial podemos perceber que os agentes do governo brasileiro deveriam ter investido em alguma “estratégia de reafirmação industrial” (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996) para fortalecer a balança comercial fortemente dependente da geração de saldos pela indústria. Ainda em 1995, o governo começou a olhar para a questão da competitividade da indústria nacional pelo lado da taxa de câmbio, com uma compensação emergencial à sobrevalorização.

TABELA 10 – RELAÇÕES BÁSICAS COMERCIAIS ENTRE O MERCADO INTERNO E EXTERNO (%)

Países	Grau de abertura da economia		
	1980	1990	2000
Alemanha	28,7	30,8	33,2
Austrália	17,4	17,1	22,3
Brasil	10	6,8	11,1
China	n.d.	15,7	24,7
Coreia do Sul	37,6	30,1	43,6
Estados Unidos	10,4	10,4	12,9
México	13	16,1	32,3

FONTE: SILBER, S. D. (2002)

Na tabela acima, confirmando o que foi dito em todo o trabalho até 1990 a economia brasileira era uma das mais fechadas do mundo e as mudanças efetuadas nessa década tiveram impactos importantes na inserção internacional e na estrutura produtiva do país. A abertura possibilitou reduzir o grande isolamento em que as indústrias do Brasil se encontravam, mas como podemos observar na Tabela 10 apesar do crescimento do grau de inserção interna, ainda temos um nível de abertura muito baixo, perto de outros países como Alemanha, Coréia do Sul e México.

Podemos concluir esse capítulo usando o termo dado por Giambiagi (2005) para a década de 1990, “década de transformações” e vamos retomar alguns pontos para justificar esse termo. Entre 1991 e 1994 as privatizações e a abertura geraram um choque de competição na economia nacional, que antes estava acostumada com o modelo de proteção, isso obrigou o setor privado a se modernizar para enfrentar a concorrência internacional. Entre 1995 e 1998, depois da estabilização propiciada pelo Plano Real, o mercado foi marcado por uma revolução comportamental, pois agora os consumidores podiam comparar os preços, o que aumentou ainda mais a competição entre as firmas. No entanto, os desequilíbrios externos e fiscais levaram ao ataque especulativo e a crise de 1999. O último ano da década de 1990 foi de grandes mudanças, no regime cambial, monetário e fiscal, e o

Brasil criou mecanismos de controle sobre os sempre recorrentes problemas de alta inflação, crise externa e/ou descontrole fiscal. Conclui Giambiagi (2005) que “em consequência desse conjunto de mudanças, o país ficou com uma economia muito mais moderna e competitiva do que em 1990 com estabilidade e um conjunto de políticas macroeconômicas adequadas”.

5 CONCLUSÃO

Após a apresentação de todos os fatos e dados desse trabalho, ao retomar o problema proposto no início de analisar o impacto da abertura comercial sobre a indústria e a balança comercial no Brasil na década de 1990, podemos chegar a algumas conclusões.

Primeiramente, podemos concluir que o modelo de substituição de importações foi colocado em prática no Brasil com o objetivo de desenvolver a indústria nacional. O programa teve dois períodos principais, o primeiro em 1930, quando o país ainda era agroexportador, dependente dos grandes centros urbanos, e o principal objetivo era desenvolver uma indústria para atender a demanda interna já existente que sofreu com a crise de 1930. O segundo período foi na década de 1950, quando o objetivo era desenvolver uma indústria para uma futura demanda nacional. Mas o próprio modelo estava deixando a indústria nacional para trás em relação às concorrentes, pois o produtor nacional não tinha acesso as tecnologias que eram desenvolvidas lá fora, para melhorar o desempenho da produção.

As barreiras aplicadas nessa época eram tarifárias e/ou não-tarifárias, com o objetivo de impedir ou encarecer a importação de certos produtos estrangeiros. O período de abertura teve um cronograma para o fim dessas barreiras. Com o fim das não-tarifárias e a diminuição das tarifas para importação, o produtor nacional teve acesso a alguns dos fatores que antes o deixavam para trás na competição.

Então podemos concluir que a abertura foi boa para o país, pois a inserção internacional da indústria trouxe maior desenvolvimento e investimento para o setor, apesar de maior concorrência também. Chamamos isso de racionalização organizacional do processo produtivo através da integração internacional, que proporcionou à indústria nacional se modernizar e aumentar a sua produtividade para competir no mercado mundial.

No entanto, podemos concluir também que quando juntamos a abertura comercial, com forte valorização cambial e um superaquecimento da economia, com uma explosão da demanda de importações, sem que as exportações acompanhassem, o saldo da balança comercial não resiste e, depois alguns anos, volta a ficar negativo.

No curto prazo a variável câmbio continuou ditando os rumos da economia, prejudicando o produtor nacional que tem que lidar com mais esse fator na hora de competir com os outros produtores do mundo.

Felizmente, no final da década de 1990 o governo conseguiu criar mecanismos para controlar os três principais fatores que prejudicavam a saúde econômica nacional. O controle da inflação, do câmbio e fiscal, possibilita que as preocupações se voltem agora para o aumento no investimento e no desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

AVERBUG, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. In: Giambiagi, F., Moreira, M. M. (orgs.) **A economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

AZEVEDO, André Filipe Z. de; PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1997_05.pdf> Acesso em: 09/03/2013.

BALANÇA COMERCIAL (FOB) – SALDO (US\$milhões). IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 03/03/2013.

BARROS, J. R. M., GOLDENSTEIN, L. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 17, nº 2(66) abril/junho 1997.

BIELSCHOWSKY, R., STUMPO, G. A Internacionalização da Indústria Brasileira: Números e Reflexões Depois de Alguns Anos de Abertura. In: BAUMANN, R (org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1996. P. 167-193.

CASTRO, L. B. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 116-140.

CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 141-165.

COUTINHO, L. G., A Fragilidade do Brasil em face da Globalização. In: BAUMANN, R (org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1996. P. 219-238

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.;

HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 166-195.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

HERMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o IIPND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 93-115.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 69-92.

KUME, H., PIANI, G. E SOUZA, C. F. B. A Política Brasileira de Importação no Período 1987/1998: Descrição e Avaliação in Corseuil H. C. e Kume H. (Coord.) **A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990: impactos sobre emprego e salário- IPEA 2003**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo_1_politica.pdf> Acesso em: 09/03/2013.

KRUGMAN, P. **Economia Internacional**. São Paulo: Pearson, 2009.

LUCENA, A. F. Política de Comércio Exterior nos Anos 90: Uma Análise de Argentina, Brasil e Chile. **Revista Estudos**. Goiânia, v. 35, n. 4, p. 515-525, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/680/519>> Acesso em: 03/03/2013.

SILBER, S. D. **Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento**. São Paulo: FAU/USP, Mimeo, 2002.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao Capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. O Pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 21-44.

VILLELA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise na Resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. P. 45-68.

VITAGLIANO, L. F. **A CEPAL no Fim do Milênio: A Resposta aos “Programas de Ajustes” Neoliberais**. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/ACEPALnofimdomilenio.pdf> Acesso em: 03/03/2013.